



PROJETAR - 2015

Originalidade, criatividade e inovação no projeto contemporâneo:
ensino, pesquisa e prática. Natal, 30 de setembro a 02 de outubro.

Ensino e prática pelo direito à cidade e ao ambiente A experiência dos projetos Praça Campo e Mirante da Represa - Esporte, Lazer e Educação Ambiental em Cepel, Nova Esperança

*Education and practice for the right to city and the environment
The experience of the project The Field Square and The Dam's Pier – Sports, Leisure
and Environmental education in Cepel, Nova Esperança*

*Educación y práctica para el derecho a la ciudad y el medio ambiente
La experiencia de los proyectos Plaza Campo y Mirador de la Presa – Deportes, ocio
e educación ambiental en Cepel, Nova Esperanza*

SUAREZ, Naia Alban

Doutora Arquiteta e Urbanista, UFBA, naialban@gmail.com

ALONSO, Rafaela Costa

Especialista Arquiteta e Urbanista, UFBA, alonso.rafaela@gmail.com

CERQUEIRA, Vagner Damasceno Freitas

Especialista Arquiteto e Urbanista, UFBA, vagnerdamasceno.arq@gmail.com

RESUMO

O objetivo desse artigo é apresentar processos e resultados de dois projetos de assistência técnica que foram desenvolvidos com a comunidade de Nova Esperança, localizada às margens do manancial Joanes-Ipitanga, na cidade de Salvador. Os projetos são frutos das atividades desenvolvidas durante a 1ª turma da Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia. Por se tratar de uma comunidade vizinha à Represa de Ipitanga, a proposta metodológica privilegia como eixo condutor a educação ambiental para o direito à cidade. A prática profissional, a ser apresentada, visa a articulação entre o processo participativo e a elaboração dos projetos Mirante da Represa e Praça Campo, considerando para isso a ocupação urbana local e a dinâmica do ecossistema. Entende-se que os projetos sejam capazes de contribuir na habitabilidade da comunidade e na valorização e preservação do manancial. Ademais, entende-se que o curso contribua na capacitação profissional para atuar na construção de cidades mais justas e democráticas.

PALAVRAS-CHAVE: participação; assistência técnica; prática profissional; educação ambiental.

ABSTRACT

The article aims to present processes and results of two projects developed with the community of Nova Esperança, located at Joanes-Ipitanga dam's shore, in the city of Salvador. These projects are product of activities developed during the 1st class of the graduate program - Architecture, Urban Planning and Engineering Residency from the Federal University of Bahia. Because Nova Esperança is located on Ipitanga Dam's shore, it brings the opportunity to work with environmental issues that are directly reflected in the human right to adequate housing and right to the city. The professional practice presented aims to articulate the



PROJETAR - 2015

Originalidade, criatividade e inovação no projeto contemporâneo:
ensino, pesquisa e prática. Natal, 30 de setembro a 02 de outubro.

participatory process and the elaboration of the projects Dam's Pier and Field Square, considering local urban occupation and the ecosystem dynamics. It is understood that projects are able to contribute to community livability and environment preservation. Furthermore, it is understood that the course will contribute for more just and democratic cities throughout the professional training.

KEY-WORDS: *Community enrollment, community project, professional practice, environmental education.*

RESUMEN

El artículo tiene como meta presentar los procesos y resultados de dos proyectos de asistencia técnica hechos con la comunidad de Nova Esperanza, situada a la orilla de la presa Joanes-Ipitanga en la ciudad de Salvador. Los proyectos son el resultado de las actividades desarrolladas durante el primer curso "Residencia en Arquitectura, Urbanismo y Ingeniería" de la Universidad Federal de Bahía. Tratándose de una comunidad vecina a la Presa del Ipitanga, la propuesta metodológica favorece la educación ambiental como eje conductor para el derecho a la ciudad. La práctica profesional que se presentará, busca la articulación entre el proceso participativo y el desarrollo de los proyectos Mirador de la Presa y Plaza Campo, teniendo en cuenta la ocupación urbana local y la dinámica del ecosistema. Se entiende que los proyectos sean capaces de contribuir a la habitabilidad de la comunidad y la valoración y preservación de la presa. Además, se entiende que el curso contribuirá en la formación profesional para trabajar en la construcción de ciudades más justas y democráticas.

PALABRAS-CLAVE: *participación; asistencia técnica; práctica profesional; educación ambiental.*

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é apresentar processos e resultados alcançados de dois projetos de assistência técnica que foram desenvolvidos com a comunidade de Nova Esperança, localizada às margens do manancial Joanes-Ipitanga na cidade de Salvador. O projeto foi elaborado por especialistas da Residência em Arquitetura Urbanismo e Engenharia (RAU+E) da Universidade Federal da Bahia. O texto relata a experiência da RAU+E, a idealização do projeto de assistência, o plano de trabalho, a proposta metodológica, as ações, a elaboração dos projetos de intervenção urbana, assim como, avalições desta iniciativa/experiência.

A RAU+E é um curso de extensão em nível de especialização com o propósito de contribuir para pôr em prática a Lei da Assistência Técnica nº11. 888/2008¹, que versa sobre a Assistência Técnica Pública e Gratuita para Habitação de Interesse Social, buscando estabelecer uma articulação entre a universidade, gestão pública e sociedade civil. O curso, primeira iniciativa do Brasil para a área de arquitetura, urbanismo e engenharia, formou sua primeira turma no primeiro semestre de 2015, validando a metodologia com a contribuição de seus residentes. A proposta da RAU+E é a elaboração participativa de projetos de interesse social, com vistas a ampliar cidadania e acesso a recursos

¹ Esta Lei assegura o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia previsto no art. 6º da Constituição Federal.

públicos para melhor condição de moradia e cidade, através da capacitação profissional e cidadã como atividade integrada de ensino, pesquisa e prática, de forma participativa e pluridisciplinar.

Como critério de aprovação dos estudantes, o curso demanda dois períodos, o primeiro constituído de aulas teóricas, e o segundo período com ênfase na prática, com foco no contato direto com a comunidade para elaboração de projetos de assistência técnica. Neste segundo período os discentes desenvolvem um plano de trabalho, detalhando a abrangência territorial, propostas, metodologias e cronograma, como estratégia para a elaboração do produto final do curso, o qual deve ser um projeto fruto das demandas comunitárias acompanhado de um trabalho de conclusão que, por sua vez, norteia a construção de um termo de referência.

No caso da comunidade de Nova Esperança, os estudos sobre o território, inicialmente elaborados em equipe composta por cinco residentes², serviram de base para elaboração de projetos arquitetônicos e urbanísticos com foco na articulação entre o meio ambiente e o espaço urbano, dentre os quais serão apresentados neste artigo a experiência dos projetos Praça Campo e Mirante da Represa de autoria dos Especialistas Arquitetos e Urbanistas Rafaela Alonso e Vagner Damasceno e de sua orientadora Dra. Arquiteta e Urbanista Naia Alban.

Estes dois projetos inserem-se no contexto das demandas urbano-ambientais de ocupações irregulares impactantes em áreas de relevância ambiental, frequentemente colocadas para profissionais que atuam na reflexão propositiva em áreas de ocupação habitacional, ao promover a assistência técnica com atuação pluridisciplinar e participativa.

Considera-se para isso o contexto urbano brasileiro de amplos territórios construídos pelo impulso da intensa especulação do solo urbano conjugando-se a frequente informalidade de ocupação, atingindo áreas de preservação ambiental, que na sua continuidade, torna-se praticamente irreversível.
(GORDILHO-SOUZA, A., BORGES, I. A., ALONSO, R. C., 2014.)

2 CARACTERIZAÇÃO

A justificativa para a escolha da área em foco partiu do interesse em perceber as possíveis interações de autogestão da comunidade e o ambiente urbano em proximidade à grandes reservas naturais, alinhado aos processos contemporâneos de urbanização na cidade de Salvador, como expansão das ocupações em áreas peri-urbanas e o alto contingente previsto para implantação de habitações de

² Formada por três arquitetos (Rafaela Costa Alonso, Vagner Damasceno e Ana Claudia Balani) e dois urbanistas (Igor Alves Borges e Cleiton Arruda), sob orientação prévia das professoras Angela Maria Gordilho Souza (coordenadora da Residência AU+E) e Heliana Faria Mettig Rocha (coordenadora da disciplina de Planejamento e Projeto da Residência).

interesse social, conforme é o caso de Nova Esperança, margeada pela Represa do Ipitanga, contida na Área de Proteção Ambiental (APA) Joanes Ipitanga.

A Represa do Ipitanga, foco do trabalho, está localizada na Região Metropolitana de Salvador (RMS) e faz parte de duas Unidades de Conservação, a APA Joanes Ipitanga³ e o Parque Metropolitano do Ipitanga⁴. O sistema Joanes-Ipitanga integra a maior bacia no Município de Salvador, tanto em volume quanto em superfície, sendo responsável por grande parte do abastecimento de água da RMS. Segundo SANTOS et al (2010, p. 311) esta bacia possui três barragens, com uso para abastecimento humano, operadas pela Empresa Baiana de Água e Saneamento (EMBASA).

Apesar do sistema hídrico do Ipitanga estar situado em uma APA, este possui ocupações de usos variados, como industrial, residencial, de saneamento (Aterro Sanitário Metropolitano), de extração mineral (Pedreiras Aratu e Carangi) e agrícola, além da Central de Abastecimento da Bahia (CEASA-BA). Ao longo dos anos, diversas ocupações informais surgiram na localidade, que resultaram em assentamentos precários e em comunidades agrícolas peri-urbanas. A área continua em processo de ocupação pelo adensamento dos assentamentos existentes e pela implantação⁵ de empreendimentos habitacionais de interesse social.

A região tem sido tratada como a última fronteira na expansão urbana de Salvador⁶, por sua localização estratégica e disponibilidade de terrenos. Atualmente, recebe grandes investimentos em empreendimentos habitacionais, industriais e na expansão do aterro sanitário. Ademais, o aumento da demanda dos usos múltiplos dos recursos hídricos, associado ao crescimento acelerado da cidade, à falta de planejamento adequado e à falta de abastecimento de água e saneamento para a população local coloca a área na pauta deste projeto.

A abrangência territorial estudada consiste na localidade Cepel I, inserida na área do bairro Nova Esperança, conforme é indicado na Figura 1. O surgimento do bairro ocorreu a partir da ocupação espontânea na Fazenda do Barro Duro, conforme dados do livro “O caminho das águas em Salvador” (SANTOS et al, 2010) e conversas com moradores.

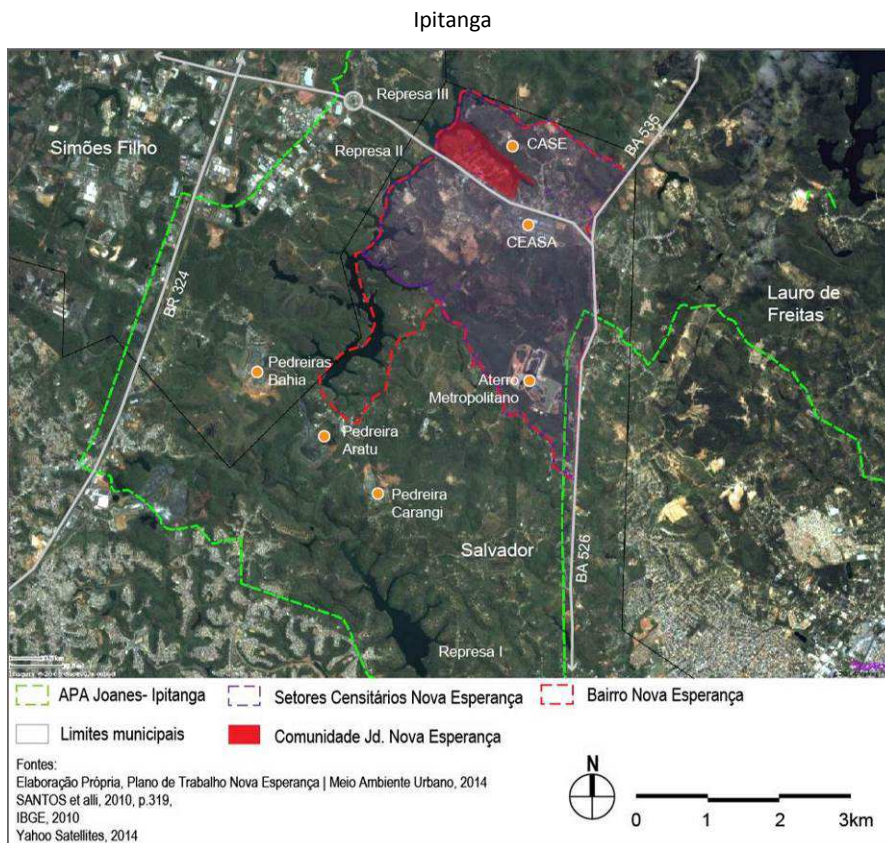
³ A APA Joanes-Ipitanga foi instituída com uma área de 600.000ha pelo Decreto Estadual nº 7.596 (BAHIA, 1999).

⁴ O Parque Metropolitano do Ipitanga I foi instituído com uma área de aproximadamente 667ha pelo Decreto Estadual 32.915 (BAHIA, 1986). O parque se situa dentro da poligonal da APA Joanes-Ipitanga.

⁵ O Plano Estratégico de Salvador (SALVADOR, 2012) prevê cerca de 32.500 unidades para serem entregues até dezembro de 2016, sem indicar a localização dos empreendimentos, o que pode indicar um alto interesse imobiliário para a área.

⁶ SARNO, C. M. (2011). Manancial do Ipitanga, última fronteira na expansão urbana de Salvador: o urbano e o ambiental na perspectiva do direito à moradia. Salvador.

Figura 1: Localização de Nova Esperança e grandes equipamentos urbanos no entorno, em Salvador e na APA Joanes



Fonte: mapa elaborado pela equipe de residentes do Projeto Nova Esperança - Meio Ambiente Urbano

A área foi declarada como pública para fins de desapropriação⁷, de acordo com o Projeto de Regularização Fundiária, desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR e pela Companhia de Desenvolvimento do Estado da Bahia - CONDER, inicialmente pertencente a diversos proprietários.

Segundo dados do IBGE (2010), a área concentra indicadores precários em infraestrutura, além dos piores resultados em saneamento básico e urbanização de Salvador. A área no entorno da Represa III, onde se encontra a localidade Cepel I, possui a maior concentração de assentamentos precários do Sistema (DUARTE, 2007), com ocupações que apresentam condições precárias de saneamento⁸.

⁷ Pelo Decreto nº 10.453 de 13 de setembro de 2007 pelo Governo do Estado da Bahia.

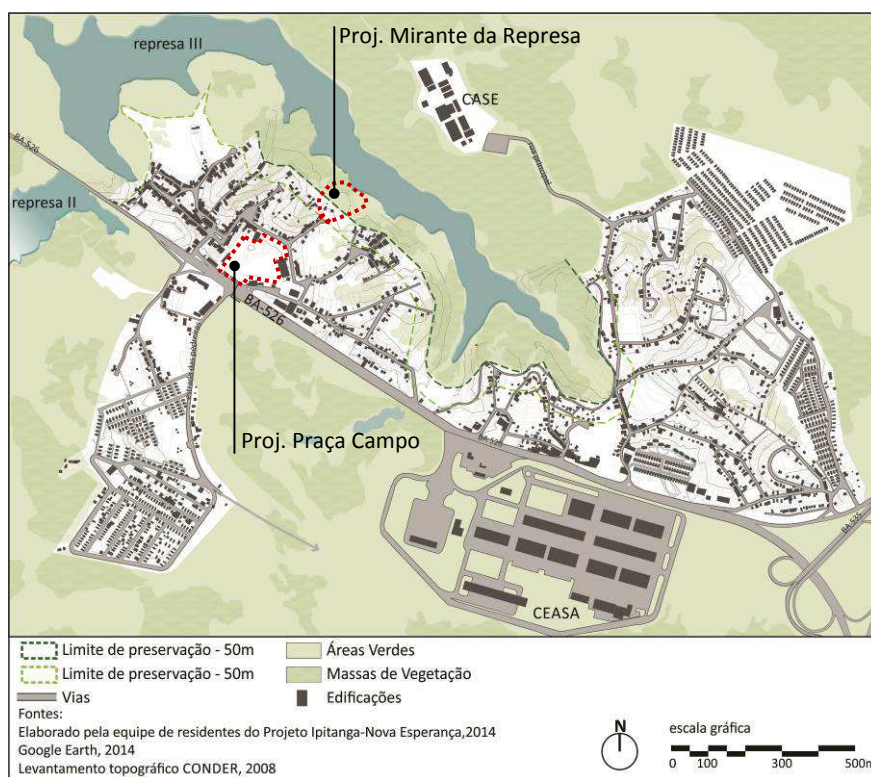
⁸ Considera-se saneamento como a junção dos elementos: abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de águas pluviais e drenagem urbana e gerenciamento de resíduos sólidos e coleta de lixo, conforme Política Nacional de Saneamento Básico (Lei 11.445/2007). No entanto, os dados apresentados não possuem informações sobre o manejo de águas pluviais e drenagem urbana, visto que foram coletados da tabela Domicílios_13, extraída do Censo Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo os dados do IBGE, o bairro de Nova Esperança possui aproximadamente 1998 famílias, sendo que 101 não possuem banheiro em casa. Dos que possuem banheiro, 86,8% dos domicílios não possuem ligação à rede geral de esgoto, e mesmo morando à beira da Represa que abastece a RMS, 30,1% dos domicílios não são abastecidos pela rede geral de água.

Definida como área rural até 2007, a região de Ipitanga passou a ser considerada como zona urbana com as novas definições do PDDU (SALVADOR, 2008), fato que estimulou o setor imobiliário a focar a região como vetor de expansão. Sendo assim, a conformação e infraestrutura local configuram-se como defasadas em relação aos parâmetros adequados para uma zona urbana.

As características morfológicas dessa ocupação urbana, indicadas na Figura 2, indicam uma área de topografia acidentada, de baixa densidade (6,66.hab./hectare), sendo as vias abertas na direção da represa, com crescimento progressivo ao longo dessas vias, o que promove um direcionamento de águas servidas e de esgoto diretamente para a represa. Por manter ainda uma baixa densidade, ao longo das quase três décadas de ocupação, a vegetação nativa ainda não foi dizimada.

Figura 2: Ocupação da localidade Nova Esperança-Ipitanga e equipamentos de entorno, em Salvador



Fonte: mapa elaborado pela equipe de residentes do Projeto Nova Esperança - Meio Ambiente Urbano

As diversas carências existentes, aliadas a importância de sua atual configuração (situação geográfica e existência de áreas livres) têm gerado diferentes tipos de intervenções na região. As próprias comunidades que ali residem interferem no ambiente construído multiplicando edificações que em sua maioria não se inserem nas premissas da cidade legal e nos parâmetros de preservação do ecossistema.

No entanto, observa-se ali, uma comunidade bem articulada com comunidades vizinhas, entidades civis e com os municípios vizinhos. Através de ações coletivas (mobilização e autoconstrução), a organização comunitária garantiu áreas e construiu equipamentos comunitários.

3 METODOLOGIAS/ APROXIMAÇÃO COM A COMUNIDADE (ETAPAS PRÉ-PROJETUAIS)

Com a evolução da urbanização mundial, a água tem se tornado um recurso cada vez mais necessário e tem exigido processos de tratamento mais complexos tanto pela indisponibilidade de recursos hídricos com qualidade, quanto pelo frequente despejo de resíduos, ou ainda pela ocupação indevida próxima aos mananciais, como no caso analisado. Buscando alcançar um equilíbrio entre manancial e comunidade, sem que haja remoções, este projeto coloca a água como fator principal para sua construção, estreitando a relação entre as questões urbana e ambiental, o que leva à leitura do espaço como meio ambiente urbano.

Assim, a equipe conduziu o trabalho por meio de uma proposta metodológica baseada na educação ambiental para o direito à cidade, subdividindo-o em três etapas. A primeira consta da elaboração de um Plano de Trabalho (Produto I), fundamentado no levantamento de dados censitários e estudos das legislações incidentes e, através de informações coletadas com atores institucionais como o Conselho Gestor da APA, SEDUR, CONDER, a Associação Beneficente do Bairro Nova Esperança (ABENE) e empresas de consultoria. Esse momento trouxe à luz um panorama em escala regional acerca da represa do Ipitanga e do bairro de Nova Esperança. Há de se deixar claro que o plano de trabalho norteou as ações iniciais, porém foram necessários momentos de reavaliação e reestruturação das metodologias conforme o decorrer da prática em campo.

A segunda etapa consistiu na realização de um diagnóstico técnico-participativo a fim de aprofundar as pesquisas sobre o bairro e incorporar a participação e o olhar dos moradores neste processo. O diagnóstico foi desenvolvido através de oito oficinas, como mostra a tabela 1, realizadas na comunidade em parceria com a ABENE, local onde foram sediadas as reuniões.

Tabela 1: Oficinas para Diagnóstico Técnico-Participativo

Oficinas	Objetivos	Metodologias	Resultados Alcançados	Dificuldades
Oficina 01 "O Bairro que Temos" 15.04.2014	Estabelecer o cenário atual do bairro. Pontos positivos e negativos.	Painéis "Nosso bairro tem: Problemas" e "Nosso bairro tem: Qualidades".	Levantamento de dados (visão dos moradores) e reflexão coletiva do bairro.	Dificuldade dos moradores em reconhecer qualidades.
Oficina 2 Identificação de Redes 22.04.2014	Elencar atores e articulações no bairro.	Composição de um esquema em teias.	Conhecimento dos técnicos e autoconhecimento da comunidade.	Moradores não conhecem uns aos outros e suas atividades.
Oficina 3 Avaliação Metodológica 24.04.2014	Avaliação metodológica e estratégias de mobilização.	Roda de Escuta.	Avaliação comunitária sobre o processo e estratégias de mobilização.	Falta de assiduidade.
Oficina 4 Formação do grupo de trabalho e Biomapa 29.04.2014	Formar um grupo comprometido e mapeamento do bairro.	BioMapa (Green Map)	Mapeamento e autoconhecimento do bairro pela comunidade.	Não comprometimento de integrantes do grupo de trabalho.
Oficina 5 Percepção Territorial 06.05.2014	Conhecer e trocar experiências sobre os lugares do bairro	Visita guiada pelos moradores.	Autoconhecimento do bairro pela comunidade.	Moradores desconhecem e temem áreas.
Oficina 6 Referência de projetos 13.05.2014	Apresentar propostas de intervenções urbanas.	Apresentação visual de projetos e posterior roda de escuta	Discussão a respeito das técnicas e soluções.	Resistência de alguns moradores a certas técnicas.
Oficina 7 Estudo da área externa da ABENE 15.05.2014	Suprir demanda emergencial de projeto de pavimentação.	Breve levantamento de necessidades com moradores e elaboração do estudo.	Otimização do espaço e garantia de área permeável na associação.	Curto prazo para desenvolvimento de estudo preliminar.
Oficina 8 Prioridades 03.06.2014	Definir prioridades para projetos de Assistência Técnica	Matriz de Prioridades (Preenchimento e eleição)	Eleição de prioridades na visão dos moradores.	Participação de diferentes grupos da comunidade

Tempo estipulado no Plano de Trabalho para realização das oficinas: 09 semanas
Tempo de realização das oficinas: 14 semanas

Para tanto, buscou-se a criação conjunta de um ambiente de confiança mútua utilizando-se de metodologias integrativas não convencionais, como a elaboração conjunta de acordos, da roda de diálogo e escuta, mapeamento do bairro e práticas facilitadoras da troca de saberes entre técnicos e moradores⁹. O objetivo das oficinas de diagnóstico foi identificar a visão que os moradores têm do bairro, com relação a suas necessidades e potencialidades, através da construção teórica do "bairro que temos", e, por fim, indicar as principais demandas da comunidade que podem ser atendidas por projetos de assistência técnica, por meio da elaboração coletiva da visão de futuro para o bairro – "O Bairro que queremos"¹⁰.

⁹ Durante a fase de curso preparatório para ações de assistência técnica, os profissionais-residentes foram apresentados a essas técnicas (GIANELLA; MOURA, 2009), entre outros conhecimentos específicos nas disciplinas da especialização Residência AU+E/UFBA (ver <http://www.residencia-aue.ufba.br/>).

¹⁰ Metodologia baseada na oficina de Futuro. Criada pelo Instituto Ecoar para a Cidadania, o objetivo é sensibilizar e envolver a população em processos de resolução de problemas e tomada de decisões. No caso abordado, foi aplicada de modo a se complementar com outras metodologias integrativas. (ver <http://www.ecoar.org.br/web/>)

Ao final desta etapa, as informações coletadas foram sistematizadas em um único documento (Produto II - Diagnóstico Técnico Participativo) que contém dados sociais, econômicos, sobre a infraestrutura urbana e serviços existentes, assim também, como os mapeamentos frutos das análises espaciais do bairro. Entende-se que este produto possa servir como instrumento de empoderamento para a população, visto que nele se encontram documentadas as necessidades e anseios da comunidade, as carências identificadas pelos técnicos, além de análises regionais e locais.

Na terceira etapa foram avaliadas as demandas por projetos, quantificadas por meio de uma matriz de prioridades e elegidas pelos moradores. A partir do cruzamento de dados entre esta matriz, os estudos sobre o bairro, as competências acadêmicas de cada integrante da equipe e a adequação ao prazo do curso para desenvolvimento dos trabalhos, pôde-se eleger os projetos de assistência técnica a serem desenvolvidos por cada residente, conforme Tabela 2. As demandas levantadas por equipamentos públicos que contribuam para o encontro e a busca de melhor habitabilidade na área, assim como pela reafirmação da presença da represa na comunidade, levaram a eleição dos projetos Praça Campo e Mirante da Represa, a serem relatados.

Tabela 2: Projetos de assistência técnica em Nova Esperança

Demandas Técnico Participativas	Proposta Projetual	Profissional Residente
<ol style="list-style-type: none"> 1.Preservação ambiental: paisagismo produtivo; 2.Geração de renda. Implantação da cozinha comunitária, hortas coletivas, meliponário e áreas para eventos; 3.Áreas de convivência, lazer e educação; 	Reforma, ampliação e paisagismo da Sede da ABENE e conexão com as áreas coletivas.	Ana Cláudia Teixeira F. Balani (Arquiteta e Urbanista)
<ol style="list-style-type: none"> 1. Controle da ocupação nas áreas verdes de grotões (manutenção do sistema hídrico); 2. Gestão participativa/áreas coletivas; 3. Regularização fundiária; 	Regularização fundiária e definição de áreas de uso coletivo.	Igor Alves Borges (Urbanista)
<ol style="list-style-type: none"> 1.Criação de espaço contemplativo, educativo e de integração da comunidade com a represa; 2. Recomposição da vegetação ripária; 3. Coleta de lixo adequada; 4. Sistemas alternativos de drenagem de águas pluviais. 	Proposta de intervenção urbana à margem da Represa 3 - Projeto Mirante da Represa	Rafaela Costa Alonso (Arquiteta e Urbanista)
<ol style="list-style-type: none"> 1.Adequação do campo de futebol e quadras poliesportiva; 2. Áreas de convivência, lazer e educação; 3. Microacessibilidade e conexões; 5. Geração de renda (economia local): pontos comerciais, hortas coletivas e cooperativas; 	Proposta de intervenção urbana em terreno público/ coletivo - Projeto Praça Campo	Vagner Damasceno F. de Cerqueira (Arquiteto e Urbanista)
<ol style="list-style-type: none"> 1. Estudo do impacto regional da implantação do empreendimento de habitação social Coração de Maria; 2. Indicação de equipamentos urbanos a serem implantados. 	Implantação de equipamentos públicos no empreend. MCMV - Coração de Maria.	Cleiton Airon Alves Arruda (Urbanista)

4 PROJETO/ PROCESSOS

Conceito geral

O conceito geral do projeto parte do princípio de preservar o meio ambiente e os recursos hídricos. Para tanto, as comunidades do entorno do manancial de Ipitanga passam a ter um papel importante como guardiões das margens da represa. Ao mesmo tempo, essas comunidades, sejam elas ocupações informais ou empreendimentos de habitação social, são carentes de infraestrutura e equipamentos públicos que contribuam para o encontro e a busca de melhor habitabilidade na área.

Nesse sentido, a proposta macro apresentada discute e indica estrategicamente “pontos de esporte e lazer” distribuídos pelas diversas comunidades ribeirinhas, assim como, “pontos de contato ambiental” voltados ao lazer contemplativo da paisagem fluvial respeitando e colaborando para a sua preservação. Tratando-se de uma proposta preliminar de estudo, a distribuição dos pontos de contato ambiental e de esporte e lazer deverão ser avaliados junto aos órgãos competentes para elaboração de estudos específicos para implantação e viabilidade de cada equipamento sugerido.

A espacialização territorial desses pontos nas comunidades deverá contribuir para diluir fluxos, fortalecer e reconhecer a presença da represa na região. A proposta dialoga com o Plano Urbanístico e Ambiental Vetor Ipitanga¹¹ que propõe a consolidação da região ao integrá-lo com as cidades do entorno através da instalação de parque metropolitano, de um complexo esportivo, vias de acesso e criação e regulamentação de ZEIS.

Dito isto, os projetos intitulados “Praça Campo” e “Mirante da Represa” fazem parte dessa proposta conceitual explanada anteriormente, situados especificamente na localidade Cepel I. O intuito é que essas intervenções possam ser consideradas projetos pilotos para a criação dos pontos de “lazer e esporte” e de “contato ambiental”. Para tanto, a proposta trabalha a potencialidade da comunidade em desempenhar o papel de guardiões das margens da represa.

Diante dessas intenções, a proposta de intervenção urbana se consolida como espaços públicos que ora estabelecem a coesão do núcleo da comunidade onde se concentram equipamentos institucionais, de serviços e áreas asseguradas pelo processo de ocupação e lutas de resistência, ao reafirmar o caráter coletivo deste espaço (projeto Praça Campo); ora visam o equilíbrio do convívio da população com a represa e o cuidado com os recursos naturais existentes (projeto Mirante da Represa). Os projetos potencializam o uso coletivo dos espaços urbanos através do estímulo ao encontro social, à prática de esportes e a incorporação de espaços educativos que proporcionem um ambiente urbano mais saudável.

¹¹ Plano em desenvolvimento pela SEDUR em parceria com o consórcio entre as empresas HIDROS e FFA. (ver <http://vetoripitanga.blogspot.com.br/>)

Processo projetual

A etapa de desenvolvimento projetual se iniciou com o entendimento dos acordos de posse estabelecidos entre atores dominantes e interesses diversos para definição da área de intervenção. No contexto das áreas existem divergências de interesses entre a ABENE e a Igreja Católica (área da Praça Campo) e entre a ocupação irregular e órgãos ambientais (área do Mirante da Represa).

Após acordo com os atores envolvidos, realizou-se o levantamento cadastral dos limites das áreas em foco e elaboração de maquete física. Entende-se que a maquete é um instrumento facilitador de discussão espacial do projeto junto à comunidade e no entendimento técnico de como as relações espaciais entre os limites dos terrenos, as edificações circunvizinhas e a topografia irregular do sítio não são adequadas, mas se reestruturadas podem vir a potencializar as conexões entre as vias de acesso de pedestre e as duas áreas do projeto. A vivência do local atrelada à realização da Oficina 5 foi fundamental para a compreensão dos fluxos, além de, colaborar para o entendimento do bairro pelos técnicos através do olhar dos moradores.

Em paralelo, o processo participativo exigiu que os técnicos interpretassem os desejos da comunidade e dos atores dominantes, apresentando soluções de transformação da realidade urbana local que não necessariamente atendessem literalmente a todos os anseios identificados. Segundo o arquiteto Viglicca, em apresentação concedida ao IAB¹², “[...] O arquiteto não precisa, necessariamente, fazer tudo o que a comunidade pede. O papel do profissional é fazer a ponte, mas não atender literalmente a situação. Atender a todos os desejos da comunidade só pode gerar desastre. [...]”.

Soluções preliminares, apresentadas em um primeiro momento a academia para avaliações, foram apresentadas à comunidade em nível de conceituação espacial e buscaram participação para a fase de estudo preliminar. Neste encontro pôde-se discutir pouco as soluções por observar dificuldade de compreensão dos moradores na leitura de uma proposta representada ainda em nível conceitual.

O desenvolvimento do estudo preliminar teve sempre como alicerce os resultados alcançados durante as oficinas e a utilização de estudos de casos¹³. O uso de exemplos de intervenções urbanas contemporâneas mostrou-se como ferramenta essencial tanto para ampliar o conhecimento da

¹² Reportagem completada através do site <<http://www.iab.org.br/noticias/arquitetos-foram-excluidos-do-plano-habitacional-do-pais>>

¹³ Dentre os projetos apresentados na Oficina 6, pode-se destacar o movimento Green the Ghetto no Bronx, EUA; a intervenção na Represa Billings em São Paulo e as construções comunitárias de Fracis Kéré em Burkina Faso, África.

comunidade a cerca do tema e demonstrar a viabilidade construtiva das propostas, quanto para o entendimento dos técnicos no que tange a aceitação de técnicas construtivas e soluções arquitetônicas e urbanísticas; e, também, para a aceitação quanto ao uso de técnicas acessíveis com materiais locais.

Dentre as intervenções propostas que foram premissas constantes no projeto estão: a rotação do campo para melhor orientação solar e redução das dimensões para alcançar as proporções oficiais; ganho de faixa lateral para atividades diversas; soluções de microacessibilidade apropriadas à topografia local; implantação de ciclovias; atribuição de funcionalidade ao paisagismo com ênfase na vegetação local; uso de jardins produtivos, jardins de chuva e pomares; inserção de pequenos relevos como parques infantis; predominância do verde na garantia de sombreamento e uso de mobiliário urbano modulado. Dentre outras soluções, específicas do Mirante da Represam, se destacam: a utilização de técnicas alternativas de drenagem e filtragem das águas pluviais, replantio das áreas degradadas às margens do manancial e criação de áreas de convívio contemplativo, como por exemplo, o píer em madeira.

Com a proposta representada em planta e em maquete, realizou-se um encontro para apresentação e discussão com líderes de grupos locais. Neste momento houve grande resistência do grupo do futebol frente à redução do campo, o que demonstra a visão unilateral de um pequeno grupo de praticantes dominando uma área com potencial para atender diferentes gêneros e faixas etárias. Logo após serem conciliadas as dimensões/proporções do campo com a democratização do espaço, realizou-se a revisão do projeto.

Já em fase final do curso, os projetos foram apresentados na Universidade para a banca avaliadora, composta pelo professor orientador, um membro acadêmico, um arquiteto e urbanista membro externo à faculdade, dois representantes da comunidade e o gestor da APA Joanes Ipitanga. Após aprovação nesta fase avaliativa, os técnicos deram prosseguimento aos respectivos Termos de Referência, levando em consideração as avaliações feitas.

A princípio, todos os projetos ficaram sob a responsabilidade da comunidade para implantação, ou seja, parte-se da premissa de que os projetos podem ser executados por meio de mutirões de autoconstrução ou programas educativos permanentes a depender da área de enfoque e dimensões. Há ainda a possibilidade de que os projetos indicados venham a ser viabilizados por instâncias governamentais, e, para atender a essa possibilidade, a conclusão do projeto acompanha o termo de referência, visando à sua futura execução de acordo com a proposta.

5 CONCLUSÃO

No contato inicial com a comunidade e durante as oficinas foi possível identificar dificuldades específicas do trabalho de assistência técnica. Dentre elas, pode-se perceber a visão “pessimista” com a qual os moradores veem o local onde vivem, as políticas públicas e a si próprios como comunidade. A oficina para identificação de qualidades do bairro precisou da intervenção dos técnicos para que os participantes pudessem perceber pontos positivos da área.

Por mais que a comunidade tenha demonstrado a conquista de ter construído e zelado pelo seu centro comunitário, bem articulado com a população local e com a atração de investimentos, foi percebida a falta de articulação dos moradores entre si, evidenciada pelo desconhecimento das atividades realizadas no bairro. Esse fato foi observado na desarticulação de agentes das redes locais e na dificuldade em mobilizar a comunidade. Foi identificada dificuldade em manter a assiduidade dos participantes e sua permanência durante as oficinas com duração superior a uma hora e meia.

Visto que processos participativos ainda são práticas pouco difundidas, grande parte dos moradores não estava habituada a ser inserida em debates sobre seu bairro. Observou-se falta de valorização da opinião individual frente aos técnicos ou a membros mais influentes da comunidade, o que dificultou a absorção da opinião do grupo como um todo.

Já na fase projetual, é possível citar como barreira o apego a padrões de intervenção urbana pré-estabelecidos na cidade legal. A necessidade de inserção na cidade formal induz os moradores a desejarem padrões urbanos que demonstram não estar em acordo com particularidades locais. Além disso, existe resistência à alterações nos paradigmas preestabelecidos na comunidade, e à sobreposição de interesses de pequenos grupos dominantes sobre os anseios do coletivo.

Um dos maiores desafios projetuais foi adequar o tempo de projeto, para alcançar o processo participativo, aos prazos estabelecidos pelo curso do RAU+E, já que há evidente descompasso entre o tempo da comunidade e o acadêmico.

Por outro lado, os desafios encontrados se refletem em ganhos acadêmicos ao possibilitarem aos profissionais o desenvolvimento de um exercício projetual fundamentado na realidade das cidades e da população brasileira que, em sua maioria, vive na informalidade. Além disso, a metodologia adotada gerou ganhos para a comunidade ao decorrer das oficinas, como a valorização das opiniões individuais dos participantes, o estímulo a discussão sobre o espaço urbano no próprio bairro, o

incentivo a práticas comunitárias e sustentáveis, a remediação de conflitos referentes à posse/usuarios dos espaços urbanos, a valorização das margens da represa e a tomada de consciência a respeito do cuidado com o manancial que envolve o bairro. Como resultados ao final das oficinas, podemos destacar que, além dos projetos, o Produto II (diagnóstico técnico participativo) desempenha um papel importante por servir como instrumento de empoderamento para a população.

A experiência é entendida como início e avanço de uma prática acadêmica inovadora, necessária à realidade de ocupações informais nas cidades brasileiras. Apesar das dificuldades, a experiência se constitui como um processo evolutivo do modelo da Residência que foi adaptada ao longo do curso.

“Propõe-se, com essa extensão da universidade, capacitar profissionais e cidadãos para viabilizar projetos inovadores de inserção urbana e inclusão social, aprendendo com a cidade, em um amplo e permanente diálogo que defina novos compromissos na construção coletiva dos espaços onde vivemos”.
(GORDILHO-SOUZA, 2013, p. 5)

Dito isto, é importante reconhecer que a proposta profissional posta em prática pela Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia, por meio da Universidade Federal da Bahia, coloca em andamento, assim, o seu papel de articulação entre universidade, gestão pública e sociedade civil, através de metodologias teóricas pluridisciplinares e exercício profissional. A prática profissional apresentada é entendida como mais um passo de um processo essencial para a fomentação de cidades mais juntas e democráticas.

6 REFERÊNCIAS

- BAHIA. Decreto Estadual 32.915. Institui o Parque Metropolitano Ipitanga. 06 de fevereiro de 1986.
- BORGES, I. A.; ALONSO, R. C.; ROCHA, H. F. M. O direito à cidade pela experiência do projeto “Nova Esperança – Meio Ambiente Urbano”. III ENANPARQ, Anais, São Paulo, 2014.
- BRASIL. Lei 11.888. Lei da Assistência Técnica Pública. 2008
- GORDILHO-SOUZA, A. Proposta de Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade – Implantação de Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia; apresentada ao PPGAU-FAUFBA, em março de 2011
- GORDILHO-SOUZA, A.; BORGES, I. A.; ALONSO, R. C. Educação ambiental pelo direito à cidade: a experiência da residência profissional para assistência técnica em Nova Esperança – Ipitanga, Salvador-Ba. VI CIETAS, Anais, São Paulo, 2014.
- GREEN THE GHETTO, Nova York – Disponível em:
<http://www.ted.com/talks/majora_carter_s_tale_of_urban_renewal>. Acessado em Maio de 2014.
- IBGE, I. B. Censo Demográfico Brasileiro. 2010
- PITA, M. “Urbanização da Billings”. Edição 14, Dezembro 2011. Disponível em:
<<http://infraestruturaurbana.pini.com.br/solucoes-tecnicas/14/artigo256171-1.aspx>. Acesso em maio de 2014



PROJETAR - 2015

Originalidade, criatividade e inovação no projeto contemporâneo:
ensino, pesquisa e prática. Natal, 30 de setembro a 02 de outubro.

RESIDÊNCIA AU+E/UFBA. Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <http://www.residencia-aue.ufba.br/> Acesso em 30 de junho de 2014

SALVADOR. Plano Estratégico da Prefeitura Municipal de Salvador 2012-2016. 2012

SALVADOR. Plano Municipal de Habitação de Salvador 2008-2025. Salvador: Secretaria Municipal da Habitação SEHAB, 2008.

SANTOS, E.; PINHO, J. A.; MORAES, L. R. & FISCHER, T. O Caminho das Águas em Salvador: Bacias Hidrográficas, Bairros e Fontes. Salvador: Secretaria de Meio Ambiente do Governo do Estado da Bahia. 2010

SARNO, C. M. Manancial do Ipitanga, última fronteira na expansão urbana de Salvador: o urbano e o ambiental na perspectiva do direito à moradia. Salvador. 2011

SOUZA, G. B. Diagnóstico socioambiental participativo em mananciais de abastecimento da região metropolitana de Salvador: O olhar do conselho gestor da área de proteção ambiental Joanes-Ipitanga, 2009.

TED TALKS, Diébédo Francis Kéré: Como construir com argila... e com uma comunidade – Disponível em <http://www.ted.com/talks/diebedo_francis_kere_how_to_build_with_clay_and_community?language=pt-br#t-32072>. Acessado em Maio de 2014.

TEIXEIRA, D. L.; DUARTE, F. M., MORIMOTO, P. et al. Manual de metodologias participativas para o desenvolvimento comunitário.